

ATA DA 075ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Jean Leutprecht - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Saúdo, sr. presidente, a todos os srs. deputados e sras. deputadas, e todos que nos acompanham nesta tarde de terça-feira, depois do feriado nacional, Dia da Independência.

Hoje quero aproveitar este momento na tribuna para cumprimentar a população, o governo municipal, o prefeito Ilton Pedro Vogt, ao vice-prefeito Valmor Reis, e toda a comissão organizadora da grande feira deste final de semana que aconteceu no município de Iporã do Oeste. Uma feira com um exemplo de organização extraordinária. Mas segundo os organizadores,

deputado Natalino Lázare, mais de 30 mil pessoas visitaram a feira, num pequeno município, realmente maravilhoso, um evento que demonstrou todo seu potencial agrícola, comercial, industrial e de toda região do extremo oeste de Santa Catarina.

Então, parabéns ao governo municipal de Iporã do Oeste, sr. prefeito Ilton, pela grande dedicação. Ele esteve várias vezes aqui nesta Casa buscando apoio para a realização daquela grande feira no final de semana que era de grande feriadão.

Trago aqui o nosso trabalho da comissão de Direitos Humanos. É um dos motivos que me trouxe para a política e para a luta foi, de fato, o direito das pessoas, dar voz a quem não tem voz e, felizmente, agora na presidência da referida comissão, que represento, minha bancada me deu essa oportunidade - também já presidi a comissão de Segurança Pública, a de Turismo e Meio Ambiente, enfim várias comissões nesta Casa.

Este ano temos alguns temas especiais, deputado Luiz Fernando Vampiro, conseguimos lançar o livro da comissão da Verdade, que traz a lista de todos os torturadores e, vamos discutir agora um projeto de lei nesse sentido, como a criação do mecanismo de combate a tortura, o comitê de acompanhamento de combate à tortura em nosso estado.

Então, temos um amplo debate com o conjunto de organizações da sociedade que vem tratando desse tema no estado. E o outro que nós estamos debatendo é o da imigração, sendo que na sexta-feira foi mais uma vez a demonstração de empenho de solidariedade de um conjunto de entidades em que realizamos uma bela reunião, resultado também de uma audiência pública realizada por esta Casa no tema da imigração, quando tivemos aqui presentes duas secretarias do estado: a da Educação e a da Assistência Social; esteve presente a equipe técnica do Instituto Federal e os pró-reitores de educação e de relações internacionais debatendo esse tema; o Ministério Público Federal e o Estadual; a Corregedoria de

Justiça de Santa Catarina; a Justiça Federal também participa desse grupo de trabalho; entidades como o CRP - Conselho Regional de Psicologia, que tem participado ativamente deste debate da imigração; o GAIRF, que é o grupo de apoio a refugiados aqui de Florianópolis, eles têm toda uma articulação, mas quero ressaltar o papel da pastoral do imigrante da igreja Católica que tem todo um processo e inclusive um espaço de acolhimento e tem aqui uma grande luta para que o estado crie centros e casas de apoio aos nossos refugiados que vêm de outros países, especialmente neste momento, como que vem do Haiti, de Senegal e outros países aqui para o nosso estado.

Esta reunião produziu um conjunto de encaminhamentos, foi muito representativa. Fico feliz porque esta Casa deu todo um suporte, uma contribuição no debate sobre o tema imigração, do combate a todo o processo de tortura em nosso estado. E agora, na última quarta-feira à noite, fizemos aqui um grande debate sobre a abordagem da polícia nos bairros da cidade, mas também do respeito aos movimentos sociais, da criminalização dos movimentos sociais.

Foi um debate longo. Queria inclusive agradecer toda a equipe da Casa que ficou aqui até as 23h30, onde aconteceu um amplo debate nessa audiência pública, trazendo um conjunto de elementos que vai servir de subsídios, inclusive para um trabalho firme na perspectiva de mudarmos a lógica do militarismo ainda muito presente na nossa polícia, muitas vezes, não respeitando pessoas simples dos bairros, pessoas aposentadas, donas-de-casa, nas abordagens, no combate ao tráfico, à violência dentro dos nossos bairros da cidade.

Há os dois lados da moeda. O lado da comunidade, do respeito às culturas, especialmente a cultura afro e sua religião e também, claro, a luta do combate à criminalidade em nosso estado.

Como culminar isso? Estamos inclusive preparando um projeto de lei aqui articulado com projetos nacionais nessa perspectiva da abordagem da própria Polícia Militar. Foi muito

representativa também, estiveram presentes: a secretaria de Segurança Pública; a Polícia Militar; a Polícia Civil; e um conjunto de organizações. Também houve uma proposta na audiência pública do nosso vereador professor Lino Peres, que tem uma vida ativa junto com os movimentos sociais, com as comunidades, que veio procurar a comissão de Direitos Humanos para debater o tema da abordagem, da criminalização dos movimentos sociais na Grande Florianópolis.

Quero dizer aqui que estou muito feliz de estar à frente da comissão dos Direitos Humanos, discutindo esse conjunto de temas permanentemente aqui na Casa, e volto a dizer que nós precisamos dar voz às pessoas que estão lá sufocadas que não podem falar, muitas vezes, e nós temos que trazer este debate presente.

Então, este Parlamento cumpre uma função importante quando dá oportunidade, como na última quarta-feira, à noite, na audiência pública onde muita gente simples que no dia a dia tem dificuldade de mostrar a sua realidade, a sua revolta por fatos que acontecem no interior dos nossos bairros, dos nossos morros que são vistos, muitas vezes, pela sociedade como espaço somente do crime, mas lá vivem homens, mulheres, crianças, idosos que precisam também ser respeitados e valorizados vêm nesta Casa e demonstram esta realidade.

Por isso, quero aqui, sr. presidente, trazer a esta tribuna estas informações porque entendo que elas são fundamentais.

Agradeço o deputado Natalino Lázare, que participa da nossa comissão de Direitos Humanos ativamente, amanhã teremos reunião novamente com vários assuntos a serem tratados. A comissão trata diversos temas, seja de refugiados, da tortura, que infelizmente acontece no nosso estado ainda, e tantos outros fatos que precisam ser discutidos, fazendo leis, políticas no sentido do respeito aos seres humanos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jean Leutprecht, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Quero inicialmente saudar todas as pessoas que nos acompanham, da tribuna desta Casa, da TV Assembleia, da Rádio Assembleia.

Cumprimento especialmente o nosso presidente deputado Leonel Pavan, e o nosso deputado Mário Marcondes, dois aniversariantes desta semana. Gostaria de parabenizá-los em meu nome e em nome da bancada do PCdoB, desejando muita felicidade aos dois.

Srs. deputados, na verdade, o que me traz novamente a esta tribuna é o fato de termos solicitado, na semana passada, o desarquivamento de um projeto da então deputada Angela Albino, na época também subscrito pelos deputados Dirceu Dresch e Ana Paula Lima e demais deputados desta Casa, que trata de uma Emenda Constitucional n. 004/2014, a respeito da retenção do imposto sobre o uso do cartão de débito e crédito aos municípios onde a compra tenha sido realizada.

Hoje as pessoas que adquirem algum bem, algum serviço, aqui em Florianópolis, o imposto, o ISS, ou ISSQN, depende de cada município como é chamado, ele não é recolhido na origem em que é feita a atividade, e sim onde é lançado o cartão de crédito, normalmente no estado de São Paulo.

Então, esta PEC, hoje, rapidamente incrementaria aos cofres dos municípios catarinenses de 2,5% a 5%, que normalmente é o ISS ou ISSQN cobrado, e, com isso, uma vez aprovada, com o desarquivamento dessa emenda, nós teríamos um incremento na receita dos nossos municípios, que praticamente todos passam por grandes dificuldades financeiras, e hoje um problema muito sério é criarmos mais impostos, mais dívidas para o contribuinte.

Teremos, com este desarquivamento, para terem uma ideia, uma pessoa abastece R\$ 100 de combustível aqui em Florianópolis, e deste valor,

de 2,5% a 5% ficam nos cofres do município, hoje não acontece isso.

Nós temos alguns relatórios aqui apresentados, está correndo o Projeto de Lei 0414/2012, do senador Cidinho Santos, que trata do mesmo tema em nível nacional, com isso então teríamos também um respaldo nacional. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é que compete ao município realizar a cobrança de ISSQN no local da prestação do serviço, que seria o caso, onde é o fator gerador do imposto.

Como eu falei anteriormente, com essa forma de nova cobrança, o recurso passa a ficar no município, não mais indo para outros estados, mais especificamente para São Paulo.

Hoje, existem dois estados que tramitam essa legislação, os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Nós já temos outros dois estados, como Rio Grande do Sul, onde os municípios já vêm recolhendo desde o início de 2013, sobre cartões de crédito e débito, só não temos oficialmente os números disso, mas Rio Grande do Sul já vem trabalhando desta forma.

Para conhecimento, a prefeitura de Belo Horizonte, que recolhe esses tributos desde dezembro de 2013, já gerou, até este momento, R\$ 180 milhões na arrecadação do município.

Tenho certeza de que hoje todo e qualquer recurso que não esteja assim programado para o orçamento do município, no ano, e que venha a acontecer, neste caso, de um ano para o outro, seria muito benéfico para as ações de todos os prefeitos, de todas as administrações, porque cada vez mais as demandas aumentam e as receitas diminuem.

Excepcionalmente, quando se cria algum imposto, pode-se até tentar equilibrar, mas não é essa a ideia. A ideia é que justamente se criem alternativas e outras formas de movimentar a economia do município, para que, com isso, se dê conta das demandas que acontecem a cada momento.

O que eu gostaria hoje, sr. presidente, apenas destacar que esse projeto foi uma iniciativa da ex-deputada estadual Angela Albino, hoje

secretária estadual, e tenho certeza vem ao encontro dos anseios dos municípios no sentido de ampliar a arrecadação e de conseguir atender melhor suas comunidades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Srs. e sras. deputadas, vou passar a presidência para o deputado Mário Marcondes, mas primeiro quero cumprimentá-lo, pois hoje o meu querido amigo deputado completa mais um ano de vida. Está de aniversário. Então, quero aqui deixar nossos cumprimentos e ao mesmo tempo passar a presidência para que v.exa. dê continuidade a sessão no dia de hoje.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Eu gostaria de cumprimentá-lo pelo dia de ontem quando fez aniversário. Desejar um feliz aniversário e que essa nova data seja repleta de felicidades em virtude da proximidade que nós temos, pois v.exa. foi durante um grande período um grande chefe como governador e este deputado como secretário de Desenvolvimento Regional. Assim sendo, construímos laços de amizade, independentemente do partido. Então, gostaria de deixar um fraterno abraço à v.exa. e aproveitar para cumprimentar o deputado Mário Marcondes, que é um parlamentar sangue bom. Parabéns, sucesso e felicidades!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Obrigado pelos cumprimentos e elogios. E quero aproveitar para cumprimentar o deputado Leonel Pavan, que no dia de ontem fez aniversário. Espero que v.exa. continue representando Santa Catarina como sempre representou, não só no estado, mas no cenário nacional. Parabéns mais uma vez pela passagem do seu aniversário.

Neste momento suspendo a sessão, por 15 minutos, a pedido do deputado Romildo Titon,

presidente da Escola do Legislativo, que em ofício encaminhado a presidência desta Casa solicitou esse tempo para que fizesse a apresentação em plenário dos resultados obtidos com o Primeiro Censo Legislativo Municipal Catarinense.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - (Faz soar a campainha) Estão reabertos os trabalhos.

Ainda em Breves Comunicações, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti.

(Pausa)

Com a desistência da deputada Luciane Carminatti, passo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Luiz Fernando Vampiro.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, queria registrar e lamentar profundamente o falecimento, nesta manhã, do policial civil, Carlos Roberto Bastos Miguel, que foi vítima de um acidente de trânsito próximo a Chapecó. Um jovem policial com uma carreira espetacular. Ele trabalhava no Serviço Aerotático da Polícia Civil em Chapecó. É filho da delegada Karla Fernanda Bastos Miguel, de Rio do Sul. Seu pai, Mário Miguel, é comissário de Polícia. Enfim, a família toda trabalha na Segurança Pública.

Gostaria de lamentar, em nome da Assembleia Legislativa e da sociedade catarinense, o falecimento do Carlos Roberto, um grande policial, que chocou hoje a Segurança Pública deste estado. Nossas condolências à família!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente.

Nossos sentimentos pela perda desse jovem promissor, filho da delegada Karla e também do vereador Mário Miguel, da cidade do Rio do Sul - que já estão passando por um momento delicado na família, porque a sua filha está doente. Nesta manhã, esse jovem morreu num acidente na BR-282, num engavetamento de carros e caminhões, um menino de 25 anos, dessa forma muito trágica. Meus sentimentos, nossas condolências a essa família, que se encontra desolada, entristecida, em nome da bancada do PT, até porque Mário Miguel é um vereador do nosso partido, os nossos sentimentos para a família.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Esta Presidência em nome do legislativo catarinense presta os sentimentos de pesar pelo falecimento desse jovem. Santa Catarina, neste momento, não somente a Polícia Civil como a Polícia Militar que estão, certamente, em luto pelo óbito noticiado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, gostaria de cumprimentá-lo e assim cumprimentar todos que estão no plenário, enfim, todos que nos assistem pela TVAL e nos ouvem pela Rádio Alesc Digital.

Hoje eu gostaria de conversar acerca de alguns fatos importantes que estão acontecendo na cidade de Criciúma como a Festa das Etnias, que aconteceu neste último final da semana. Foi a 27<sup>a</sup> e graças ao empenho do presidente da Fundação Cultural da cidade de Criciúma, Júlio Lopes, foi a festa mais democrática que houve ao longo desse período, das edições passadas. Mais de 150 mil visitantes participaram da festa, desde a abertura na terça-feira, com a apresentação do Balé *Bolshoi*, desfile de entidades filantrópicas, assistentes sociais da cidade de Criciúma, dos colégios particulares e públicos, aos shows nacionais - Zé Ramalho, Armandinho -, enfim, gostaria de falar um pouco mais disso. Também poderia falar acerca da viagem que o governador Raimundo Colombo e o vice Eduardo

Pinho Moreira farão amanhã a Criciúma, onde entregarão valores expressivos, R\$ 13 milhões do Badesc para pavimentação, mais R\$ 2 milhões para a recuperação do Paço Municipal da cidade de Criciúma, entre outras ações específicas.

Mas o tema que me trás aqui hoje é um tema muito preocupante, é o mais significativo, deputado Dalmo Claro.

Em Joinville há algum tempo atrás falou-se acerca da periculosidade dos números expressivos de homicídios, de latrocínio, da insegurança desse município.

Mas pasmem, a região sul de Santa Catarina este ano está numa situação muito complicada, principalmente a região carbonífera - AMREC, e os três municípios: Balneário Rincão, recém-emancipado na primeira gestão, Içara e Criciúma.

Dados da organização das Nações Unidas, a ONU, caracteriza uma cidade para ter uma violência epidêmica um índice apropriado de dez homicídios para cada 100 mil habitantes. Isto é um índice de razoabilidade. Caso por ventura seja 11 ou 12, ou seja, acima desta média de dez homicídios para 100 mil habitantes a cidade efetivamente já corre o risco muito forte além do fator social, mas há periculosidade.

Eu estava acompanhando alguns dados principalmente enviados da nossa região mais dados compilados pelo Sisp que é o sistema integrado pela secretaria de Segurança Pública, dados do IML e efetivamente a cidade de Criciúma, em relação ao mesmo período do ano passado, aumentou os homicídios deputado Maurício Eskudlark, em mais de 100%.

Nós tivemos alguns fatos que geraram a preocupação do secretário de Segurança Pública, do governador e do vice-governador como homicídio, latrocínio, roubo seguido de morte, da médica Mirella Peruchi. Mas o que é que acontece? A força-tarefa foi para lá, ficou um período, mas a situação não se resolveu. Somente neste domingo pela manhã no limite das cidades de Içara e Criciúma mais dois homicídios, vinte dois anos e vinte quatro anos.

Há um fator extremamente preocupante, o número de homicídios da cidade de Criciúma passa em muito da cidade de Joinville, deputado Darci de Matos. Joinville está 12 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Deputado Dalmo Claro, esse dado foi compilado agora pela manhã no IML: 49 homicídios até agora registrados no município de Criciúma. Isso representa quase a média de 24,5 homicídios para cada 100 mil habitantes; a nossa cidade de Criciúma tem um município aproximadamente 200 mil pessoas. E na região carbonífera nos 12 municípios já somam 68 homicídios. Isto infelizmente faz da cidade de Criciúma, a mais perigosa, digamos, a mais homicida de Santa Catarina.

Por isso venho à tribuna convocar novamente a secretaria de Segurança Pública que coordena efetivamente a segurança de todo o estado de Santa Catarina, o sr. governador Raimundo Colombo, o seu vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, o Delegado, Aldo Pinheiro D'Ávila que agora é secretário, o atual Delegado Artur Nitz, enfim, a todos por esses números alarmantes.

Não dá para nós convivermos com esta situação. Nós tivemos uma força-tarefa que tinha efetivamente, além de policiais lá, uma equipe diuturnamente trabalhando no foco principal, como helicópteros rondando e, agora, não temos mais nada, apenas ficamos com os índices alarmantes.

Há um tempo nós tivemos quando o secretário de Segurança Pública era o Ronaldo Benedet, e aí nós entendemos que ficou a mácula de que tudo foi para o sul de Santa Catarina em virtude de que ele à época era o secretário da referida secretaria. E muitas regiões estão aumentando de forma considerável o número de policiais efetivos e nós do sul estamos com um déficit muito forte.

Aqui está o nosso amigo Raul, que trabalha nessa linha, eu gostaria de dizer que não tem mais como ter qualquer tipo de justificativa. As cidades de Criciúma, de Içara e de Balneário Rincão necessitam emergencialmente, não apenas de uma situação a curto e médio prazo, mas de longo prazo. Nós precisamos além dos municípios fazer a

sua parte social, de uma atenção e de um olhar diferenciado para a nossa cidade. Este é um clamor que faço em plenário, não há dúvidas nenhuma de que os números que estão no site G1, na RIC, enfim todos os meios de comunicação trazem a nossa região como a mais perigosa do estado de Santa Catarina e isso, infelizmente, não é um dado que nos alegra, mas que nos entristece.

Por isso, eu venho aqui fazer de uma forma muito forte, incisiva essa situação, vez que houve uma ação popular com o assassinato da Mirella, em virtude de a médica estar saindo de sua residência ao lado de seu esposo também médico; mas nós vimos mais dois no domingo e aí dizem que eles vinculados a algum tipo de tráfico, mas nós pretendemos e precisamos de uma ação enérgica e específica para a cidade Criciúma.

Por favor, solicitamos que deflagre já uma operação imediata, padrão, de segurança pública em nossa região. É medida que se impõe e que se faz. Um abraço!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu quero registrar a presença, nesta Casa, dos vereadores Felipe Eilert dos Santos e o Valdeci Gomes Ferreira, do município de Guabiruba, bem como o professor Ademir e dos alunos da Escola Municipal de Educação Básica Osvaldo Ludovico Fuckner, da Escola de Educação Básica Professor Carlos Maffezzolli e da Escola de Educação Básica Professor João Boos, que vem ao encontro daquilo que o deputado Luiz Fernando Vampiro falou na tribuna, a questão da segurança pública.

Guabiruba é um município que falta efetivos da Polícia Militar, que falta investimentos na área de educação. A escola estadual do município está chovendo dentro, isso também é uma forma de garantir para a nossa juventude um local adequado

para que eles possam ter uma educação adequada a fim de evitar ações dessa natureza, onde a droga toma conta, onde acontecem as violências do município.

Portanto, Guabiruba também está solicitando para o governo do estado de Santa Catarina o aumento do efetivo, bem como as melhorias na área da educação.

Muito obrigada e sejam bem-vindos todos que se fazem presentes neste Parlamento.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Esta Presidência também deseja as boas-vindas.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, acompanhei atentamente a fala do deputado Luiz Fernando Vampiro, sendo que na última quinta-feira tivemos uma audiência pública onde estamos discutindo toda a política de segurança pública no estado e nós entendemos de que precisa uma ação muito urgente nesse sentido, à sociedade catarinense está preocupada.

E nós iremos fazer um debate nos próximos dias, nesta Casa, sobre o extermínio da juventude no nosso estado como a que aconteceu lá em Criciúma, e no outro final de semana em Chapecó. Estamos perdendo muitos jovens e nós precisamos fazer uma ação concreta.

O IBGE diz que o estado é o quarto menor em termos de números de policiais proporcionalmente ao número da população, por isso precisa de uma ação urgente na prevenção, pois devemos começar pelas escolas, mas também na questão da repreensão porque o estado é tido como estado de excelência, mas na segurança pública é um dos piores do Brasil.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Eu acho que o tema levantado aqui pelo deputado Luiz Fernando Vampiro, se nós abrissemos o debate passaríamos aqui não algumas horas, mas alguns dias debatendo a questão de segurança em nosso estado.

Há pouco o deputado Dirceu Dresch disse que o estado comemora índices econômicos e de crescimento, mas ele se referiu a uma questão correta, porém não estamos em condições de comemorar uma segurança à altura do nosso estado. Se existem problemas em Criciúma, que é a terra do vice-governador do estado, por três mandatos, é o município que tem a maior bancada de deputados de Santa Catarina, olhando os federais e estaduais e, além do vice-governador, se lá não tem força política para resolver os problemas, o que é que vão dizer os pequenos municípios? O que é que nós vamos dizer de outras localidades?

A minha região que é uma das mais fortes na questão do turismo do Brasil, tem quase 500 mil moradores e só tem um deputado, e o problema de segurança é assustador! Quantas e quantas vezes usamos da tribuna para alertar o governo, não para fazer críticas, cobrar uma ação prática, planejamento para que volte o caminho que é da segurança com conhecimento e se coloque todas as forças possíveis do governo do estado para amenizar os problemas de insegurança que abala o estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, apenas para registrar a presença, acompanhando esta sessão também, do presidente da Colônia de Pescadores de São Carlos, Paulo de Souza, que traz também a preocupação quanto à operacionalização do seguro-defeso que agora está a cargo do INSS, também já tratamos desse assunto anteriormente.

Então, queríamos registrar a presença do Paulo de Souza e, em nome dele, cumprimentar todos os membros da Colônia de Pescadores de São Carlos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Gostaria de cumprimentar os nossos visitantes que prestigiam esta sessão e parabenizá-lo, se não estou equivocado, é seu aniversário hoje, que Deus o abençoe, ilumine com muita graça, sabedoria e determinação.

Permita-me apenas fazer um cumprimento ao discurso do deputado Luiz Fernando Vampiro, de Criciúma.

Nós estivemos, na última sexta-feira, *in loco*, como presidente da comissão de Prevenção e Combate às Drogas, no bairro Renascer, deputado Luiz Fernando Vampiro, convidados pela escola para ver esta questão de drogadição. Temos lá algumas comunidades terapêuticas que visitamos também e, de fato, são preocupantes os dados de Criciúma, segundo as nossas pesquisas, juntamente com a Senad, são cinco mil usuários de *crack* na região de Criciúma, em especial, no famoso trilho.

Mas, não há dúvida de que precisamos estar firmados e convictos nesses eixos da prevenção, da reabilitação, da repressão e da legislação que também se faz aqui nesta Casa.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Bloco Social Progressista, PP e PSDB.

Com a palavra o deputado Leonel Pavan, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Nobre presidente, quero agradecer-lhe por me conceder este tempo.

Sras. deputadas, srs. deputados, gostaria de comunicar que esta semana participei, juntamente como o colega deputado Rodrigo Minotto, de uma reunião da Unale, União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, no Rio Grande do Sul, na cidade de Esteio.

A programação teve início com o painel sobre mobilidade urbana, apresentado pelo presidente da Corag, o arquiteto Vinicius Ribeiro, e também o ministro do TCU, João Augusto Nardes, que proferiu uma palestra para todos os deputados estaduais dos estados do Cone Sul. O ministro Nardes falou sobre a governança no país, e mostrou comparativos, inclusive o que já havia falado há três, quatro anos, e o que poderia ocorrer neste ano de 2015. Parece que ele estava prevendo alguma coisa referente a esta crise que hoje estamos vivendo em nosso país.

Na ocasião, o ministro que falava da grave crise, disse que nós temos condições de sair deste quadro desalentador, se tivermos capacidade de diálogo. Segundo o ministro Augusto Nardes, o Brasil tem saída, mas em função da falta de diálogo, de compreensão, e até por falta de capacidade administrativa e gerenciamento, o Brasil ainda pode sofrer muito mais. Foi uma palestra brilhante.

Também participei de reunião do Parlamento Sul-Parlasul, do qual sou vice-presidente, e que reúne parlamentares dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Debates na reunião a retomada das ferrovias na região e a implantação da lei dos *free shops*, nas cidades de fronteira.

Com relação a implantação do trecho sul da Ferrovia Norte Sul, a deputada gaúcha Zilá Breitenbach, falou sobre a importância da mobilização do Parlasul, em torno da ferrovia, que é uma obra estratégica para a economia nacional. Ela representa maior segurança no transporte, maior integração entre os estados brasileiros e países do Mercosul, menor impacto ambiental, com a redução da emissão de poluentes, inclusive com menor custo.

Sem dúvida alguma, se as ferrovias realmente forem implantadas, nós teremos, além de maior segurança, teremos maior mobilidade, e os produtos, com certeza, também terão o seu custo reduzido, porque hoje o transporte é muito caro. Às vezes, o preço do transporte é mais caro que o próprio produto.

Agora já existe o estudo do traçado, e segundo a palestra, precisamos nos unir para buscar investidores e a obra saia do papel, se não houver investidor talvez o próprio governo tenha dificuldade de implantar. E o ex-governador do Paraná, que hoje é diretor administrativo do BRDE, acenou com a possibilidade de investimentos para custear o projeto do Executivo, da obra da ferrovia que deve passar por 14 municípios catarinenses e Chapecó seria um dos polos de carga.

Também foi apresentado todo um trabalho, - aliás, o diretor do BRDE, Orlando Pessutti, acho que é o ex-governador do Paraná - que vem sendo feito para que a ferrovia norte-sul se torne realidade na região sul do país, e que toda essa programação, esses projetos apresentados, mostrou que é viável a implantação desse projeto.

O que me preocupa são esses cortes do governo federal, que podem trazer prejuízos tanto para o projeto da ferrovia, bem como os projetos de duplicação de algumas rodovias de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná. Mas podemos falar sobre o nosso estado, que hoje a mídia estampou nos jornais que os cortes poderão afetar drasticamente os projetos já existentes, como os da BR-470. Se isso ocorrer, se cancelarem, se paralisarem, não só teremos um prejuízo enorme com o transporte, a segurança, bem como poderemos perder todos os investimentos que já foram feitos.

Claro que a presidente Dilma está tomando uma posição para resgatar a credibilidade econômica do país, porque agora ela reconhece a crise, o vice-presidente da República enfatiza que a crise é bem maior do que se aponta na mídia, e diz que terá que tomar posições, infelizmente contra a sua vontade, no corte de verbas no investimento de

infraestrutura. Um ganho nós já tivemos, que é reconhecer que o Brasil está passando por um dos piores momentos. Quando se reconhece, você acaba tomando posições para curar a ferida, para diminuir a sangria. Ora, o pior é quando se vê as coisas acontecerem e não serem reconhecidas. Aí não se cria um planejamento para achar uma saída estratégica para tudo que está acontecendo.

O fato de reconhecerem que o Brasil passa por um momento difícil já é um ganho, porque agora certamente irão tomar posições mais duras e drásticas para recuperar o prestígio do nosso país, tanto interno quanto externo. Mas o que me preocupa é que nós, passando pela BR-470, estávamos ouvindo as máquinas roncando, obras acontecendo. E aqui até enaltecemos essa obra algumas vezes. Mas quando a mídia estampa nos jornais, faz um alerta, temos que chamar a atenção a quem é de direito, para que isso não venha a ocorrer.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. levanta um tema pertinente que diz respeito a nossa preocupação com os significativos cortes no orçamento que foi remetido ao Congresso Nacional para a conclusão das grandes obras no estado de Santa Catarina. E aí há o caso da BR-470, dos portos, mas se v.exa. me permite vou citar aqui as duas grandes obras do norte de Santa Catarina, ou seja, havia sido reservado, no orçamento do ano passado, para a BR-280 R\$ 120 milhões.

Pois bem, no orçamento remetido ao Congresso há poucos dias foi reservado somente R\$ 31 milhões, ou seja, a tão esperada obra da BR-280 não vai acontecer.

Concluo, dizendo que para o contorno ferroviário de Joinville e São Francisco do Sul havia uma reserva no orçamento do ano passado de R\$ 70 milhões para Joinville e de R\$ 40 milhões para São Francisco do Sul. Pasmem, no orçamento do ano que vem foi consignado R\$ 1 milhão. Isso significa que vamos ter que conviver com o trem

passando dentro da cidade de Joinville e de São Francisco do Sul. Esse fato é lamentável.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Deputado, v.exa., que tem um grande amor pela região norte, especialmente por Joinville, sabe da importância dessa obra para a economia do município de Joinville, um dos maiores do Brasil. Certamente a sua preocupação é a de todos os demais parlamentares, porque o sucesso daquela cidade, sem dúvida, é o sucesso de Santa Catarina. E, se acontecer o que v.exa. aqui colocou, Santa Catarina pagará um preço muito caro.

A notícia publicada na mídia coloca o seguinte: "O orçamento da União para 2016 enviado pelo governo ao Congresso às vésperas do feriadão traz um balde de água fria para a aguardada conclusão das obras da duplicação da BR-470. Estão previstos no projeto de lei R\$ 64 milhões, quase 30% menos do que os R\$ 100 milhões reservados para a obra em 2015."

Fiz esse relato aqui para mostrar a diminuição dos recursos da BR-470. A nossa preocupação deverá ser contínua nesta Casa a fim de que possamos novamente fazer elogios se a rodovia tiver continuidade, caso contrário nós seremos obrigados a tecer críticas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, primeiramente, gostaria de cumprimentar v.exa. pelo seu aniversário. É uma alegria tê-lo conosco. Em segundo lugar, gostaria de saudar a delegação da Guabiruba, o presidente da Câmara de Vereadores, o vereador Felipe Eilert dos Santos, o vereador Valdeci Gomes Ferreira e o professor Ademir que, juntamente com os alunos da Escola de Educação Básica Professor Carlos Maffezzolli e da Escola de Educação Básica

Professor João Boos, estão acompanhando os trabalhos desta Casa, conhecendo a estrutura da Assembleia. São jovens que, mais adiante, tendo mais conhecimento da estrutura do Poder, poderão participar mais ativamente nas questões da cidade de Guabiruba e com isso ajudar a mudar e melhorar o que acontece no município. Saúdo a toda a comunidade de Guabiruba em nome dos vereadores e alunos que nos visitam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Como os deputados do PMDB não farão uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por 13 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero saudar v.exa. que comemora mais um ano de vida no dia de hoje. Parabéns! Quero saudar os srs. deputados e os catarinenses que acompanham esta sessão.

Sr. presidente, eu desejo no espaço do meu partido falar a respeito de um tema que já levantamos, deputado Mauro de Nadal, vários outros deputados já falaram também em outros momentos, nesta tribuna. Mas eu quero retomar esse assunto, porque nós fomos, deputada Luciane Carminatti, surpreendidos pela notícia assustadora de que foi publicado na portaria da Funai, na semana passada, determinando o prazo de dois meses para que se faça a demarcação das áreas indígenas das reservas de Piraí, Pindoty e Tarumã, espalhadas entre Araquari, Balneário Barra do Sul, São Francisco do Sul e Garuva.

Deputado Dirceu Dresch, o deputado Mauro Mariani falou sobre o assunto no jornal, dizendo da necessidade de empreendermos ações no sentido de suspendermos essa demarcação. Quem sabe com argumento e na linha daquilo que foi logrado êxito quando o Tribunal Regional Federal da 4ª Região em Porto Alegre acatou a ação da Procuradoria-Geral

do Estado e dos agricultores da reserva indígena de Araçaí, que fica entre Saudades e Cunha Porã que é a região do meu amigo, Mauro de Nadal.

Então, nós, exatamente esse argumento que foi, que logrou êxito na Justiça Federal, deputado Mauro de Nadal, é o argumento que nós estamos levantando também para suspendermos, deputado Jean Leutprecht, o senhor que é da região de Jaraguá do Sul, os índios ainda não chegaram lá, mas o senhor fique atento que eles podem passar por Guaramirim e chegar até Jaraguá do Sul. É o argumento que está consignado na Constituição Federal, ou seja, somente é legal, somente é permitido demarcar terras indígenas àquelas áreas que antes de 88, que foi promulgada a Constituição, índios já habitavam essas áreas. Que não é o caso dessa reserva lá de Araçaí, Cunha Porã e Saudades e muito menos do caso das reservas dos municípios de Araquari, São Francisco do Sul e Balneário Barra do Sul.

Então, deputado Mauro de Nadal, quero dizer e fazer uma crítica ao governo federal, porque técnicos, deputado Neodi Saretta, de terceiro escalão estão promovendo com apoio de ONGs internacionais, que possuem interesse, eminentemente, financeiros e recebem recursos do governo federal, estão demarcando sem critérios terras indígenas em Santa Catarina e no Brasil. Isso é um absurdo! Isso não pode continuar acontecendo!

Vejam, senhores, deputado Natalino Lázare, a cidade de Araquari possui 250 índios, entre aspas, são paraguaios, guaranis que vieram há alguns anos trazido pela igreja católica e os parentes foram se aglomerando naquela região. E a Funai está propondo a demarcação de 10 mil hectares de áreas agricultadas, deputado Silvio Dreveck, no município de Araquari.

O próprio cacique diz que eles não querem terra, deputado Dalmo Claro, porque são índios aculturados. Eles não vivem da caça ou da pesca, eles vivem de bolsa, de auxílio alimentação da Funai e do governo federal.

E nós, deputada Luciane Carminatti, não somos contra os índios. Eles são seres humanos, precisam ser alojados, precisam ser protegidos, eles precisam ser cuidados, sobretudo. Mas não à custa das terras agricultáveis onde os proprietários possuem títulos, escrituras, há mais de 100 anos.

E pior do que isso a lei federal determina que somente as benfeitorias serão indenizadas, as terras com escritura pública o governo federal não paga. E aí eu faço menção, deputado Mauro de Nadal, a Proposta de Emenda à Constituição n. 0071/2011, cujo o relator era o saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira, que determinava que o governo federal também indenizasse as propriedades. Nada mais justo.

Eu entendo que a solução para esses conflitos de terras indígenas aconteceria se nós conseguíssemos aprovar o projeto de lei de autoria do deputado Ibsen Pinheiro e do deputado Aldo Rebelo que tramita no Congresso Nacional. Quando entrou em pauta os índios expertamente, malandramente, tomaram de assalto o Congresso Nacional e aquele projeto foi parar no fundo da gaveta na Câmara dos Deputados. Lembra, disso, deputado Mauro?

E esse projeto propunha que toda e qualquer demarcação de terras indígenas passassem pela apreciação do Congresso Nacional. Nada mais justo, nada mais racional, e nada mais democrático. Enquanto isso não acontecer nós vamos ficar debaixo das intenções e objetivos escusos de técnicos do terceiro escalão da Funai apoiados por ONGs internacionais que tem interesses duvidosos na demarcação de terras indígenas em Santa Catarina e em todo o Brasil.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Parabéns pela fala, deputado Darci de Matos.

Nesta mesma linha existe em tramitação no Congresso Nacional também uma PEC, a Proposta de Emenda Constitucional n. 0215/2000 que trata do assunto da mesma natureza.

Eu vejo que a única forma de tentarmos resolver parcialmente estas contendas, que não só acontecem aqui em Santa Catarina, mas em todo o nosso país e na região de Saudades e Cunha Porã - eu acompanhei aquele processo desde o momento em que os índios tentaram entrar nessas terras que foi em julho do ano de 2000, e passei o período de 2001 a 2008 como prefeito, então acompanhei todo esse processo desde a sua origem - percebo que como lá houve uma sábia decisão, decisão essa que foi ratificada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região de Porto Alegre, inúmeras outras no país poderiam ser eliminadas de pronto pelo magistrado se nós fizéssemos a interpretação que contém o art. 231 da Constituição Federal que assim diz:

(Passa a ler.)

"São reconhecidas aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Tradicionalmente ocupam. Este é o termo que não se está levando em consideração no momento em que a Funai, com toda esta vontade, esta febre de terra e mais terra acaba invadindo esses espaços de forma titulada e a mais de 100 anos como aconteceu lá no município de Cunha Porã e em Saudades. Acabam invadindo essas terras e tentando declará-las como território indígena, tradicionalmente ocupado em 1988.

Quer dizer o quê? Naquela data os índios tinham que estar presentes naquela localidade com suas aldeias, com os seus costumes, com suas crenças etc. Mas, parabéns pela fala, vejo que temos que evoluir muito ainda neste país. E a forma de corrigirmos parcialmente todo esse problema, é a Proposta de Emenda Constitucional n. 0215/2000 que tramita no Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal!

Quero, portanto dizer deputado Mauro de Nadal, que é um erro grande entender que os índios Guarani tem direito a terras agricultáveis no

município de Araquari, Balneário Barra do Sul e em São Francisco do Sul.

Ora, qualquer simples estudo daquela região vai constatar que os índios Guarani não eram oriundos daquela região. Ali nós tínhamos os índios Carijós, os Guarani nem sequer passaram pela região norte de Santa Catarina.

Já disse há pouco, famílias de Paraguaio e Guarani vieram aos poucos trazidas pela igreja, para a região do município de Araquari. Isso é um absurdo, o que está acontecendo.

Portanto, deputado Maurício Eskudlark, nós queremos que eles sejam alojados, protegidos e cuidados pela Funai e, sobretudo, pelo governo federal. São seres humanos, mas não nas terras dos nossos agricultores, que estão há mais de 100 anos. Essa atitude vai comprometer a economia do referido município e nós estamos nos juntando, aos deputados federais, ao prefeito João Pedro Woitexem e Clenilton Carlos Pereira vice-prefeito de Araquari, ao presidente Geovane Demarchi da Associação dos Agricultores do Município de Araquari; aos demais prefeitos, como Ademar Henrique Borges, de Balneário Barra do Sul.

E, deputado Mauro de Nadal, a todas as forças vivas que têm a preocupação com esses absurdos que vêm acontecendo em Santa Catarina e no Brasil. E quem sabe nós possamos realizar uma grande audiência pública no parlamento catarinense para tratarmos definitivamente desse assunto tão importante para a economia catarinense e para que possamos mobilizar o fórum catarinense, deputados e senadores, com o objetivo de sensibilizar o governo federal.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - O tema que v.exa. aborda é muito importante e em defesa de Joinville, Araquari e todos esses municípios. Mas, quero dizer que o território nacional tem 13% da área demarcada como área indígena e 0,05% de indígenas, então, está faltando bom senso.

A duplicação da BR-101 no Morro dos Cavalos atrasou anos por causa de uma implicância - vamos usar esse termo - da Funai naquela região e na região oeste querendo definir novas áreas como áreas indígenas e, especialmente, esse problema que é um absurdo da região norte que envolve Araquari.

Então, acho que com bom senso e com toda a área indígena que tem definida não precisa tirar o agricultor, o trabalhador da sua propriedade devidamente legalizada.

Parabéns pela abordagem deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até sete minutos.

Antes, gostaríamos de registrar a presença, nesta Casa, do nosso amigo e companheiro, Helio Bairros, presidente do Sinduscon/SC.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão; nosso companheiro Paulo que registrei anteriormente a sua presença aqui também.

Quero aproveitar esse tempo para fazer referência a um tema que tenho abordado aqui com frequência a respeito da saúde e ressaltar porque nós estamos no mês de setembro e, agora entre os dias 21 e 25, tem a campanha de vacinação contra o HPV no Brasil.

No ano passado também teve essa campanha e nesse mês o Brasil fecha o segundo ano de campanha de vacinação contra o papilomavírus humano, chamada HPV, responsável pelo câncer do colo de útero que atinge todo ano 15 mil mulheres brasileiras e que tem ocasionado mortes, segundo o Instituto Nacional do Câncer.

Com média abaixo da meta de vacinação o objetivo do ministério da Saúde é imunizar cerca

de cinco milhões de meninas entre nove e 13 anos. O que acontece é que nós temos que divulgar bastante essa campanha porque na primeira dose da vacinação que aconteceu em março de 2014, quando a vacina passou a ser disponibilizada pelo programa nacional de imunização, naquela ocasião a campanha atingiu a meta.

O Brasil, deputado Dr. Vicente Caropreso, superou os 100% da população alvo, mas em setembro de 2014, quando foi aplicada a segunda dose, os índices despencaram. E, agora, em março de 2015 foi um índice muito baixo em relação à meta proposta.

Então, esse é um fator importante divulgarmos e que acontece também em toda Santa Catarina nos moldes nacionais com parcerias das escolas públicas e privadas.

Portanto, entre os dias 21 e 25 de setembro irá acontecer aqui também a Semana Estadual de Intensificação da Vacinação contra o HPV, e esperamos que haja uma boa divulgação, uma parceria efetiva das escolas para que essa campanha tenha sucesso.

Importante ressaltar que, além das meninas de nove a 13 anos, o objetivo também é vacinar meninas e mulheres de nove a 26 anos que vivem com HIV. Lembrando que são necessárias duas doses após a primeira, seis meses a segunda dose e a terceira dose, como reforço, ainda é recomendado, nesse caso, cinco anos depois.

Então, queria fazer este alerta, a divulgação desta campanha por ser importante e como está no próprio site do ministério da Saúde, utilizando aqui o próprio material do ministério, salientar a existência da vacinação e não excluir o papel do estado em promover saneamento básico, acesso aos serviços de saúde, necessidade de educação sexual e orientação de prevenção para doenças sexualmente transmissíveis.

Faço esta divulgação, fiz isto no ano passado quando houve a campanha, deputado Dr. Vicente Caropreso, porque vejo a importância de todas as campanhas de vacinação e desta também. Esta vacina não é barata, se for adquirida em clínicas

particulares, mas está disponibilizada na rede pública.

Portanto, é a oportunidade da imunização atingir a meta e, com isso, evitar realmente problemas maiores no futuro.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Ouço, com muito prazer, o deputado Dr. Vicente Caropreso.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Deputado, parabéns por trazer este tema realmente de importância sublime para a saúde pública.

Ontem estava participando de uma reunião e justamente foi tocado neste assunto, da cobertura ampliada da vacina do HPV para as meninas. Parece-me que a idade foi baixada de 11 para nove anos, o início da vacinação.

Aí eu me preocupo com alguma coisa: o papel das famílias realmente tem que ser redobrado. Quando ampliamos e rebaixamos a idade de cobertura tem-se a presunção de que a idade sexual está iniciada precocemente, em consequência disso, entra o papel da família.

Então, não adianta apenas a vacinação, mas, sobretudo, a instrução e a participação familiar neste momento na vida das crianças, principalmente das meninas que é de fundamental importância.

Obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado a v.exa. que contribui com sua fala. De fato, a campanha está extensiva às meninas de nove a 13 anos. Então, nós, mais uma vez, reforçamos isso que falamos anteriormente a respeito da importância.

Eu queria apenas, antes de finalizar, e é também relacionado à saúde, deputado Dr. Vicente Caropreso, que nesta semana Santa Catarina recebeu uma série de equipamentos de informática, computadores para instalar o chamado Prontuário Eletrônico.

O ministério da Saúde disponibilizou para 180 unidades básicas de Santa Catarina esses equipamentos, que é uma medida que beneficia mais de 600 mil brasileiros. Esses computadores terão o

objetivo de fazer o Prontuário Eletrônico, através do ministério de Saúde, que integra o projeto Formação e Melhoria na Qualidade de Rede e Atenção à Saúde.

Eu acho, é claro, que toda a informação, todo o equipamento, toda a melhoria que vem à saúde é importante para termos, de fato, um acompanhamento da saúde dos brasileiros. Falamos seguidamente aqui que há necessidade de ter mais recursos para a saúde, mais investimentos.

Temos que ressaltar também quando eles estão acontecendo, e a questão da utilização do sistema eletrônico amplia o acesso e a qualidade de assistência prestada à população, tornando esse atendimento mais eficiente.

Portanto, queria fazer este destaque também.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu queria destacar que no dia de hoje, pela madrugada, a irmã Maria Nuernberg, mais conhecida como irmã Ludwiga, veio a falecer.

Ela tinha 96 anos, foi diretora de diversos hospitais administrados pelas irmãs da Divina Providência, em Tubarão, São Bento do Sul, Blumenau. Atualmente era diretora do Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti, de Tijucas.

Aproveito este espaço para destacar a importância e o apoio que os hospitais administrados pelas irmãs da Divina Providência, bem como outros hospitais filantrópicos, têm dado à questão da Saúde.

Aliás, hoje, em Santa Catarina, são mais de 180 hospitais, que fazem 70% de todo o atendimento do SUS, gastando 25%, 30% dos recursos do SUS. Ou seja, o repasse dos recursos, que é feito para os

hospitais filantrópicos, é um percentual pequeno e fazem mais da metade dos atendimentos.

A irmã Ludwiga Nuernberg tinha como nome de nascimento Maria Nuernberg, e queria destacar a grande contribuição que ela deu ao estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Tendo em vista o horário, 15h48, gostaria de consultar os líderes partidários se poderíamos dar segmento à sessão sem a suspensão, tendo em vista que a Ordem do Dia tem como horário regimental 16h.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0086/2015, 0173/2015, 0185/2015, 0218/2015, 0255/2015, 0261/2015, 0272/2015, 0278/2015, 0317/2015, 0327/2015, 0333/2015, 0334/2015, 0354/2015, 0359/2015, 0412/2015, 0414/2015, 0426/2015, 0427/2015 e 0489/2015.

Estão retirados da pauta de votação da Ordem do Dia de hoje os Projetos de Lei Complementar n.s: 0027/2015 e 0028/2015.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0300/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que proíbe a realização de concurso público para preenchimento de cadastro de reserva e adota outras providências.

Ao projeto foram apresentadas emenda substitutiva global e subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0112/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviada ao ministro-chefe da Casa Civil, solicitando apoio ao pleito das categorias de Técnicos Industriais e de Técnicos Agrícolas pela constituição de conselhos profissionais e de confederação, objetivando o desmembramento do Sistema Confea/Crea.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0113/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviada aos ministros da Saúde, do Trabalho e da Previdência Social, manifestando preocupação com a continuidade da greve dos servidores da Saúde, do Trabalho e da Previdência Social, solicitando urgência nas negociações com a categoria em Santa Catarina, representada pelo SINDPREV/SC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0114/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, apelando pela inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição n. 0186/2007, que assegura às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, autonomia administrativa, financeira e funcional.

Em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Apenas para reforçar e esclarecer sobre o que trata essa PEC. Ela é uma proposta de emenda constitucional que tramita na Câmara desde 2007, inclusive o seu autor é catarinense, o deputado Décio Lima, que contou com a contribuição de outros deputados, inclusive com outras emendas, e já está pronta para ser votada no plenário - e hoje recebemos aqui também uma comitiva, que passou por diversos gabinetes, de auditores fiscais do trabalho - e essa PEC assegura às administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, autonomia administrativa, financeira e funcional. Não é uma PEC de grande repercussão financeira, já que o momento não está para muitas ações, nós apenas estamos apelando para que o presidente da Câmara dos Deputados a coloque em votação. Por isso, essa moção.

E até por economia de tempo, sr. presidente, gostaria de falar rapidamente sobre outro documento que os auditores nos repassaram. Nós fizemos também um documento, que está na pauta endereçada ao ministério do Trabalho, para a questão de contratação e concurso de vagas de auditores fiscais do Trabalho, já que aqui no estado há um número bastante reduzido. Temos que lembrar que o estado está entre um dos que mais tem acidentes do trabalho no Brasil, e os auditores são aqueles que podem nos ajudar a melhorar esses números.

Então, apenas queria fazer a defesa dessas duas matérias, mas a moção refere-se à PEC que tramita na Câmara dos Deputados em Brasília.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0851/2015, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0852/2015, de autoria do deputado Dalmo Claro; 0853/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0854/2015 e 0859/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0855/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0856/2015, 0857/2015 e 0858/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0860/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0861/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro.

Igualmente, comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0699/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, 0700/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, 0701/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por dez minutos.

Na ausência do deputado Serafim Venzon, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.